

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.026 - SP (2019/0257759-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : EMMANUEL OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADOS : ALBERTO ALBIERO JUNIOR - SP238781
REBECA DE OLIVEIRA LIMA MONTEIRO - SP401806
RECORRIDO : UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO
OUTRO NOME : UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO
MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADOS : AFONSO RODEGUER NETO - SP060583
JOSE EDUARDO VICTORIA - SP103160
JOSÉ CARLOS DE ALVARENGA MATTOS - SP062674

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por EMMANUEL OLIVEIRA DA SILVA, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 26):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Cumprimento de sentença. Agravante que objetiva a inclusão no polo passivo de Unimed diversa daquela com a qual firmou contrato, com o intuito de execução de débito.

R. decisão interlocutória que indeferiu a extensão da obrigação às demais Unimeds. R. decisão mantida. Cada Unimed possui personalidade jurídica própria e aos consumidores a elas vinculados não é dado o direito de eleger cooperativa distinta da contratada para cumprir a obrigação. Recurso improvido.

Em suas razões recursais, o recorrente alega violação dos arts. 7º e 28, do Código de Defesa do Consumidor, afirmando, em síntese, que "(...) resta evidente a existência de um grupo empresarial, na medida em que há uma evidente cooperação econômica entre as Unimed's" (fl. 38) e, argumenta:

[...] tanto a Unimed Paulista, como a Unimed Nacional e as demais espalhadas pelo país, beneficia-se economicamente desta relação, não só pelo repasse financeiro direto, como pelo fato de ser passado aos usuários que se trata de uma mesma empresa, com filiais em boa parte do território nacional o que possibilita a captação maior de clientes (fl. 39).

Assevera a necessidade de reconhecimento da "responsabilidade solidária

entre as Unimed's regionais (incluindo-se a Paulistana) e a Central Nacional Unimed, mesmo não tendo participado da fase de conhecimento, para que responda a execução"(...) (fl. 50).

É o relatório. Passo a decidir.

Cumprido salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado nº 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O Tribunal *a quo*, ao dirimir a controvérsia, entendeu ser nítida a ilegitimidade passiva da Central Nacional Unimed Cooperativa Central, uma vez que a relação jurídica obrigacional se deu entre o recorrente e a Unimed Paulistana.

Consignou-se, na oportunidade, o seguinte (fls. 27-28):

Trata-se a presente de demanda de cumprimento de sentença em face da Unimed Paulistana, tendo em vista a condenação da agravada, transitada em julgado, de ressarcimento ao agravante pelas despesas médicas efetuadas em procedimento médico de emergência, bem como ao pagamento de indenização a título de danos morais.

O total da execução, em valores atualizados até 22/10/2018 é de R\$ 29.020,07. A agravada apresentou impugnação alegando que, uma vez decretada a sua liquidação extrajudicial, deveria a presente execução ser suspensa e habilitado o crédito do agravado em procedimento próprio.

Instado a manifestar-se, o agravante pugnou pelo chamamento à lide e inclusão no polo passivo do presente Cumprimento de Sentença da CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL, sob alegação de existência de grupo econômico entre esta e a agravada.

Sobreveio a r. decisão, que está vazada nos seguintes termos:

"Vistos. Acolho a impugnação. Cada UNIMED é distinta da outra, porque se apresenta como cooperativa. Apenas no plano operacional existe a possibilidade do consumidor contratar a UNIMED NACIONAL, para que seja atendido nas redes credenciadas de todas as cooperativas, o que não indica a solidariedade ou grupo empresarial. A UNIMED PAULISTANA (executada) teve sua liquidação extrajudicial decretada, o que impõe a suspensão de todas as execuções, devendo ser habilitado o crédito naquele procedimento. Determino a suspensão deste processo. No

caso de requerimento, defiro a expedição de certidão para que a exequente habilite o seu crédito."

Insurge-se o agravante.

Sem razão de ser, porém.

Ora, não se vislumbra a possibilidade de responsabilizar outras empresas que não integraram o polo passivo da ação, sobretudo em fase de cumprimento de sentença, para pagamento de valores referentes a processo judicial da qual não participaram.

Para esta finalidade, cada Unimed é uma pessoa jurídica distinta, com CNPJ diverso, bem como arca de maneira individualizada com os custos dos respectivos usuários.

Neste sentido:

"Plano de saúde. Ação ordinária em fase de cumprimento de sentença. Decisão que indeferiu o pedido de bloqueio das contas de outras cooperativas que compõem o grupo Unimed. Inconformismo. Desacolhimento. Aplicação do disposto no art. 252 do RITJSP. Impossibilidade de imposição do cumprimento da obrigação a pessoa jurídica diversa daquela que integra o polo passivo da ação. Reconhecimento da existência de grupo econômico para o atendimento dos usuários por meio do sistema de intercâmbio que não se confunde com a responsabilização pelo pagamento de débito judicial do qual as outras cooperativas nem sequer tiveram oportunidade de se manifestar. Decisão mantida.

Recurso desprovido." (Agravamento de Instrumento n.º 2.066.657-31.2016.8.26.0000. Relator Des. J.L. Mônaco da Silva. Quinta Câmara de Direito Privado. J. 27-04-2016)

[...]

Assim sendo, não se vislumbra a possibilidade de extensão da responsabilidade para as demais Unimeds, pois têm personalidades jurídicas próprias e não podem ser responsabilizadas pelo débito aqui tratado.

Contudo, verifica-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência atual do STJ, que firmou entendimento no sentido que o Complexo Unimed do Brasil é um sistema composto de cooperativas independentes entre si e que se comunicam por regime de intercâmbio, permitindo o atendimento de conveniados de uma unidade específica em outras localidades, sendo que, apesar de se tratarem de entes autônomos, todos estão interligados e se apresentam ao consumidor como uma única marca de abrangência nacional, aplicando-se, nestes casos, a responsabilidade solidária entre as unidades que integram a mesma rede de intercâmbio, ainda que possuam personalidades

jurídicas e localidades distintas.

Ademais, em respeito à Teoria da Aparência, não é crível exigir do consumidor que conheça as relações existentes entre os diversos membros dessa cadeia, mormente quando a publicidade do Sistema Unimed o faz acreditar que se trata de uma entidade una.

A este respeito, colhem-se os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PLANO DE SAÚDE. SISTEMA UNIMED. RECUSA INDEVIDA DE COBERTURA. USUÁRIO EM INTERCÂMBIO. UNIMED EXECUTORA. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. UNIMED DE ORIGEM. COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO. REDE INTERLIGADA. MARCA ÚNICA. ABRANGÊNCIA NACIONAL. TEORIA DA APARÊNCIA. CADEIA DE FORNECEDORES. CDC. INCIDÊNCIA.

1. Cinge-se a controvérsia a saber se a cooperativa de trabalho médico que atendeu, por meio do sistema de intercâmbio, usuário de plano de saúde de cooperativa de outra localidade possui legitimidade passiva ad

causam na hipótese de negativa indevida de cobertura.

2. Apesar de os planos e seguros privados de assistência à saúde serem regidos pela Lei nº 9.656/1998, as operadoras da área que prestarem serviços remunerados à população enquadram-se no conceito de fornecedor, existindo, pois, relação de consumo, devendo ser aplicadas também, nesses tipos contratuais, as regras do Código de Defesa do Consumidor (art. 35-G da Lei nº 9.656/1998 e Súmula nº 469/STJ).

3. O Complexo Unimed do Brasil é constituído sob um sistema de cooperativas de saúde, independentes entre si e que se comunicam através de um regime de intercâmbio, o que possibilita o atendimento de usuários de um plano de saúde de dada unidade em outras localidades, ficando a Unimed de origem responsável pelo ressarcimento dos serviços prestados pela Unimed executora. Cada ente é autônomo, mas todos são interligados e se apresentam ao consumidor sob a mesma marca, com abrangência em todo território nacional, o que constitui um fator de atração de novos usuários.

4. Há responsabilidade solidária entre as cooperativas de trabalho médico que integram a mesma rede de intercâmbio, ainda que possuam personalidades jurídicas e bases geográficas distintas, sobretudo para aquelas que compuseram a cadeia de fornecimento de serviços que foram mal prestados (teoria da aparência). Precedente da Quarta Turma.

5. É transmitido ao consumidor a imagem de que o Sistema Unimed garante o atendimento à saúde em todo o território nacional, haja vista a integração existente entre as cooperativas de trabalho médico, a gerar

forte confusão no momento da utilização do plano de saúde, não podendo ser exigido dele que conheça pormenorizadamente a organização interna de tal complexo e de suas unidades.

6. Tanto a Unimed de origem quanto a Unimed executora possuem legitimidade passiva ad causam na demanda oriunda de recusa injustificada de cobertura de plano de saúde.

7. Recurso especial não provido."

(REsp 1665698/CE, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 31/05/2017)

PROCESSO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. SOCIEDADES COOPERATIVAS UNIMED. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM.

1. O direito à informação e o princípio da vinculação da publicidade refletem a imposição da transparência e da boa-fé nos métodos comerciais, na publicidade e nos contratos, de modo que o fornecedor de

produtos ou serviços se responsabiliza também pelas expectativas que a

sua publicidade desperta no consumidor, mormente no que tange ao uso

coletivo de uma mesma marca.

2. A publicidade do Sistema Unimed busca instigar o indivíduo à contratação mediante a convicção de que se trata de uma entidade única

com atuação em âmbito nacional, não sendo informado ao filiado sobre a autonomia e a independência de suas unidades, o que só faz reforçar nele a idéia de que esse sistema lhe oferece uma maior gama de serviços e facilidades.

3. Ademais, a complexa estrutura das cooperativas prestadoras de serviço, se, por um lado, visa ao estímulo e reforço do sistema cooperativo regido pela Lei n. 5.764/1971, possibilitando a atuação sob uma mesma marca e a constituição de sociedades cooperativas singulares, federações de cooperativas e confederações; por outro lado, tem como efeito externo a responsabilização de toda a cadeia de fornecimento - no caso, o Sistema Unimed - de forma solidária, uma vez que não se pode exigir do consumidor que conheça as intrincadas relações entre os diversos membros dessa cadeia, mormente quando a publicidade veiculada pelo grupo faz-lhe crer que se trata de uma entidade

Superior Tribunal de Justiça

una.

4. Dessarte, o fato de várias sociedades explorarem uma mesma marca, ainda que com personalidades jurídicas distintas - por não ter havido a informação clara ao consumidor acerca de eventuais diferenças no conteúdo dos serviços ou na cobertura oferecida por cada uma -, traz como consequência a possibilidade de serem acionadas a responder solidariamente pelas obrigações contratadas por qualquer delas.

5. Recurso especial não provido.

*(REsp 1377899/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 11/02/2015)*

Incide, na espécie, o entendimento contido na Súmula 568/STJ, que dispõe: *"O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".*

Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de reconhecer a legitimidade passiva da Central Nacional Unimed.

Publique-se.

Brasília-DF, 12 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator